

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (*)

A PEQUENA AGRICULTURA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS.

Não se trata de conclusões. Deste colóquio não as haverá porque de muitos e muito diferentes lugares mentais e profissionais nos reunimos aqui para tão só iniciarmos um tipo de reflexão sobre a pequena agricultura que, se muito promete, pela sua abertura, complexidade e interdisciplinaridade, pelas promessas se fica neste momento. E nem justo seria exigir mais. Mas se não há conclusões nem tudo é inclusivo no trabalho em que nos empenhámos colectivamente nestes dias. Nos subterrâneos dos resultados, parques como se deixa antever, agitaram-se linhas de força, ideias mestras, que nem por muito diversas deixam de compor a fundação segura do muito que há a fazer e que de nós se espera. Ei-las, dispostas por minha mão, à mão de cada um.

1. É possível e desejável pensar a pequena agricultura sem ter de se assumir a sua próxima extinção. O «problema» da pequena agricultura não é o da viabilidade ou inviabilidade do seu futuro, é antes o da sua transformação. A sua transformação é o seu futuro. Como o de tudo o resto.

2. A transformação da pequena agricultura tem de ser pensada contra o senso comum tecnocrático das políticas agrárias dominantes. Não se trata de um problema meramente técnico. É antes um problema social e político em que se implicam as estratégias globais de desenvolvimento do país. A especificidade conceitual e prática da pequena agricultura não é captável sem que se considere o que nela não é nem pequeno nem agrícola.

(*) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

3. Uma concepção globalizante da pequena agricultura pressupõe contributos científicos e técnicos vários. Mas pressupõe antes de mais a constituição de um objecto teórico novo que dê conta do campesinato como um sujeito em nome próprio do processo social. O camponês surge tarde na história social. Surge para morrer, ou melhor, quando lhe ditam a sentença da morte. O camponês é, assim, desde o início, uma sobrevivência, uma existência por conta doutrem. A arte e a literatura portuguesas do séc. XIX, por exemplo, não assumem o camponês em nome próprio. Ele é sempre o figurante, a paisagem, o pano de fundo, a sombra. E tal como a arte e a literatura, também as ciências sociais. Conceitualizado a partir do que lhe é estranho e o pretende dominar, não admira que o camponês seja captado pela ausência, pela negação, pelo desvio e pela excepção. O camponês é um contra-objecto. Sem que se negue o efeito de múltiplas mediações, esta dependência conceitual é o correlato da subordinação económica, social e política do campesinato na formação social portuguesa. Neste domínio, o avanço científico consistirá em evitar que as contingências históricas se transformem em pressupostos da explicação de que elas próprias carecem e que por essa via naturalizem a sua presença na história, com a consequente descaracterização dos processos sociais que não confirmem ou até disputem tal presença. Reconhece-se a necessidade deste avanço de passo com a sua dificuldade, pois que lutar por ele é, afinal, lutar contra as evidências espontâneas e o senso comum treinado na base dos quais construímos as nossas profissões, as nossas competências técnicas e as nossas especializações científicas.

4. A concepção globalizante da pequena agricultura com vista a uma estratégia de desenvolvimento alternativo pressupõe também a transdisciplinaridade, ou seja, a capacidade das diferentes disciplinas científicas e técnicas se transgredirem mutuamente, enquanto disciplinas, para se reencontrarem na compreensão integral duma praxis social transformadora e emancipadora. A disciplinação do conhecimento é o correlato da domesticação social. Não é por acaso que o engenheiro é agrónomo, o economista é agrário e o sociólogo é rural. A economia agrária, por exemplo, é duplamente redutora do universo social sobre que se debruça. Por um lado, ao centrar-se na empresa agrícola, reduz a economia às economias. Por outro lado, ao «julgar» a pequena agricultura pelos critérios da racionalidade capitalista e da lógica do lucro, reduz o social ao económico (a um certo económico) ou, o que é o

mesmo, expurga da economia os processos sociais que lhe dão razão de ser e sentido histórico. Por esta dupla via, a empresa agrícola é convertida em unidade económica e a pequena agricultura em problema social. Estas reduções e as subsequentes divisões técnicas e políticas do trabalho intelectual não são específicas da economia agrária nem é talvez justo exigir desta o que se não tem exigido da economia neo-clássica em geral. Só que na economia agrária tais reduções têm efeitos particularmente caricaturais.

5. O horizonte analítico tem de ser amplo e de olhar fundo na história. O condicionalismo geo-histórico da pequena agricultura é um dado fundamental para compreender, aqui e agora, as estruturas e práticas sociais, a composição e as alianças de classe, o imaginário social e o universo simbólico da pequena agricultura.

6. É errado falar do isolamento do camponês e da pequena agricultura. O mundo da pequena agricultura não é nem pequeno nem exclusivamente agrícola. Tem interações subtis, complexas e desiguais (as suas «funções externas») com realidades económicas, sociais e políticas que em muito transcendem a unidade territorial que tradicionalmente se lhe associa, a aldeia. Esta unidade territorial está em crise, enquanto definidora de um universo social, como, de resto, estão em crise todas as unidades territoriais, a começar (ou a acabar) pelo Estado nacional. Parafraseando MacLuhan, as aldeias de hoje vão sendo aldeias globais, um processo que é talvez concomitante de uma certa ruralização ideológica da cidade dos nossos dias.

7. É igualmente errado atribuir indiscriminadamente ao camponês e à pequena agricultura a característica do individualismo. Tal individualismo só existe para quem tenha do associativismo/gregarismo a concepção liberal, industrial e urbana, institucional e burocraticamente racional. É desta concepção que partem normalmente os técnicos agrários do Estado e, por aqui, não é difícil prever as dificuldades com que se defrontam na interacção com os camponeses. Não é preciso recorrer às categorias míticas do comunitarismo rural para compreender que o campesinato tem formas e motivações associativas próprias (que, aliás, se concretizam em momentos «imprevisíveis»). Elas estão intimamente ligadas ao seu processo de trabalho que, por ser diferente do processo

de trabalho industrial e urbano, não pode caucionar as formas e motivações associativas que a este último são próprias.

8. É ancestral a relação tensa entre o camponês e o Estado. Daí que seja difícil ao camponês integrar-se nos esquemas de participação e de associação que o Estado lhe propõe ou impõe. Daí também que seja nos momentos de crise do Estado que o camponês se associa e participa mais afoita e ambiciosamente, para logo se retrair quando a crise passa e o Estado se recompõe. As dificuldades de participação continuada nos movimentos associativos têm sido precipitadamente atribuídas à inércia, ao isolamento e ao individualismo do camponês. Só uma visão estereotipada e etnocêntrica torna possível imputar especificamente ao campesinato o que é um problema de todos nós.

9. Porque o camponês foi sempre o outro, a diferença do que somos enquanto técnicos e cientistas sociais urbanos, é recorrente o risco da mitificação e da mistificação da vida do camponês. Por exemplo, o mito da miséria, do isolamento, do imobilismo e da ignorância pode ser facilmente substituído pelo da qualidade de vida dos camponeses. A revalorização da vida camponesa — a qual obviamente tem as suas qualidades, aliás desconhecidas dos desenvolvimentos tecnocráticos, por mais «integrados» — tem de ser algo mais do que o reflexo condicionado e incontrolado da crise urbana. É hoje evidente que a questão rural não pode ser separada da questão urbana. Mas não se pode converter nenhuma delas no espelho invertido da outra.

10. A renovação teórica dos instrumentos de reflexão e de intervenção no meio rural deve ser concomitante de investigações empíricas sólidas, que cubram áreas cuja importância não foi até agora devidamente relevada. É necessário estudar em profundidade as estruturas fundiárias, captar os modos e os ritmos da sua transformação e as práticas sociais intraclassistas e interclassistas a que dá azo. É necessário inventariar a imensa teia de relações de toda a ordem (iguais e desiguais, horizontais e verticais, consensuais e conflituais, dominantes e dominadas, etc., etc.) entre o que se define como rural e agrícola e o que se define como urbano e industrial. É ainda necessário analisar o processo de trabalho camponês em toda a sua complexidade, enquanto modo de produção material e simbólica, porque aí se condensam os mecanismos

específicos de resistência e de desistência que é urgente conhecer.

11. É sobretudo necessário reconceitualizar as práticas organizativas e associativas do campesinato de modo a articulá-las com os possíveis instrumentos de representação política autónoma, a qual se reconhece nunca ter existido para a pequena agricultura. Só por via dessa representação política autónoma poderá a pequena agricultura ter acesso ao espaço de decisão global que lhe tem sido interdito, o que se revela de múltiplas formas: nos projectos de irrigação, de transformação cultural e florestal e de «desenvolvimento rural integrado» à revelia dos interesses e do envolvimento dos camponeses; no código cooperativo — já de si reflectindo escassamente os imperativos constitucionais sobre o sector cooperativo — elaborado e publicado com uma participação manifestamente insuficiente do movimento cooperativo e, em especial, da pequena agricultura que nele se integra; na questão da entrada na Comunidade Económica Europeia que, pelos trabalhos apresentados e pelas discussões havidas no Colóquio, é muito mais complexa do que se tem feito crer a nível oficial ainda que pareça dispensada de um debate sério e profundo no nosso país.

12. Só uma representação social e política autónoma garante que as políticas estatais com incidência na pequena agricultura não sejam elas próprias geradoras da desmobilização, do isolamento e do individualismo que supostamente visam combater. Ou seja, é necessário que as condições (reais ou imputadas) da pequena agricultura, que são os pressupostos das políticas estatais, não sejam afinal os resultados destas.